Formação de Candidatas(os) em
Políticas para Mulheres

Formação de Candidatas(os) em
Políticas para Mulheres

PVMulher

EXECUTIVA NACIONAL
PARTIDO VERDE

José Luiz Penna
Presidente Nacional

Eduardo Brandão
Vice-presidente e Secretário de Administração

Alvaro Dias
Líder no Senado

Sarney Filho
Secretário de Assuntos Parlamentares

Evandro Gussi
Líder na Câmara

Evair de Melo
Vice-líder na Câmara

Sandra Menezes
Vice-presidente

Edson Duarte
Vice-presidente

Carla Piranda
Secretária de Organização

José Carlos Lima da Costa
Secretário de Comunicação

José Paulo Tóffano
Secretário de Formação

Reynaldo Morais
Secretário de Finanças

Vera Motta
Secretária de Assuntos Jurídicos

Marcos Belizário
Secretário de Assuntos do Executivo

Fabiano Carnevale
Secretário de Relações Internacionais

Shirley Torres de Araújo
Secretária Nacional de Mulheres

Mariana Perin
Secretária Nacional de Juventude

Dora Cordeiro
Secretária de Direitos Humanos e Diversidade

Roberto Rocco
Secretário de Mobilização

Kaká Verá
Secretário de Políticas Indígenas

Roberto Tripoli
Secretário de Direitos dos Animais

Ovídio Teixeira
Secretário Especial de Estratégias Eleitorais

Oswander Valadão
Secretário Especial das Cidades

EXECUTIVA NACIONAL

PARTIDO VERDE

Coordenadorias Gerais

Rudson Leite Norte
Denis Soares Nordeste II
Marcelo Bluma Centro
Marcelo Silva Nordeste I
Fernando Guida Leste
José Luiz Penna Sul

Membros

Eliane Ferreira da Silva
André Moreira Fraga
Cidineia Maria Fontana
Washington Rio Branco
Daniela Carvalhais de Almeida
Aluizio Leite Paredes
Teresa dos Santos Sousa Britto
Francisco Caetano Martins
Cleusa Rosane Ferreira
Fernando Paulo Nagle Gabeira
Marcio Souza
Regina Gonçalves
Jovino Cândido da Silva
Marco Antônio Mroz
José Roberto Tricoli
Eduardo Jorge Martins Alves
Ivanilson Gomes dos Santos
Carlos Antônio Menezes Leite
Alexandre Zaratz Vieira da Cunha
Leonardo Jose de Mattos
Aloisio Antônio Andrade de Freitas
Carlos Augusto Lopes da Costa
Antônio Jorge Melo Viana
Henor Pinto dos Reis
Julia Duppre de Abreu
Rivaldo Fernandes Pereira
Guaraci Fagundes
Francisco Antonio Sardelli
Rogério Menezes de Melo
Ricardo de Oliveira Silva
Claudio Turtelli
Marcello de Lima Lelis

DIRIGENTES
PV MULHER

NACIONAIS & ESTADUAIS

Shirley Torres de Araújo
Secretária Nacional de Mulheres

Carla Piranda
Secretária Nacional de Organização, Membro da Executiva Nacional e Presidente do Diretório Estadual - RJ

Cidineia Maria Fontana
Membro da Executiva Nacional e Presidente do Diretório Estadual - ES

Daniela Carvalhais de Almeida
Membro da Executiva Nacional - MG

Dora Cordeiro
Secretária Nacional de Direitos Humanos e Diversidade, Membro da Executiva Nacional - RJ

Eliane Ferreira da Silva
Membro da Executiva Nacional - AM

Julia Duppré
Membro da Executiva Nacional - RJ

Mariana Perin
Secretária Nacional de Juventude e Membro da Executiva Nacional - SP

Rosane Ferreira
Membro da Executiva Nacional - PR

Sandra do Carmo Menezes
Vice-presidente Nacional e Presidente do Diretório Estadual - AL

Teresa dos Santos Sousa Britto
Membro da Executiva Nacional e Presidente do Diretório Estadual - PI

Vera Motta
Secretária Nacional de Assuntos Jurídicos, Membro da Executiva Nacional e Vice-presidente da Executiva - SP

Leandre Dal Ponte
Coordenadora Regional Sudoeste - PR e Coordenação Regional Curitiba - PR

EXPEDIENTE

Conteúdo e Pesquisa
Patricia Kranz
Tatiana Wehb

Revisão Gramatical
Ludmilla Brandão
Bruna Presmic

Projeto Gráfico e Diagramação
Sagarãna Produções

•AULA 10•

MULHERES E O PODER LOCAL

MULHERES E O PODER LOCAL

A urbanização foi uma das maiores mudanças sociais ocorridas no mundo desde a II Guerra. Atualmente, segundo a ONU, 54% da população mundial vive em áreas urbanas e a organização afirma que a urbanização sustentável é a chave para um desenvolvimento com sucesso. No Brasil, enquanto nos anos 1950 éramos predominantemente um país rural, em 2010 a população urbana atingiu 84,35% (IBGE).

O relatório "Perspectivas da Urbanização Mundial1" (ONU, 2014) sugere que com boa gestão as cidades podem oferecer oportunidades de desenvolvimento e acesso aos serviços básicos, como educação e saúde, para muitas pessoas. Também afirma que é mais barato e menos prejudicial ao meio ambiente providenciar transporte, energia e saneamento para locais densamente povoados.

De acordo com IBGE, 2010, esgoto a céu aberto e o despejo irregular de lixo permanecem no entorno de 11% e 5% dos domicílios brasileiros. Foram pesquisados 47,2 milhões de moradias com o objetivo de apontar algumas características urbanas dos municípios: iluminação pública, pavimentação, calçadas, arborização, identificação da rua, bueiros e rampas para cadeirantes, além do esgoto e despejo de lixo. Goiânia foi identificada como a cidade com a melhor infraestrutura e Belém com a pior.

É junto ao poder local que a participação cidadã pode ser construída para promover as transformações necessárias, e é buscando melhorias para suas ruas e bairros que as pessoas geralmente iniciam uma atuação política por meio da qual aprendem a exercer a democracia.

O professor Dowbor afirma: "Estamos acostumados a que a intervenção do cidadão se dê através de dois eixos fundamentais: o eixo político-partidário e, em menor escala, o eixo sindical-trabalhista.(...) De certa forma, o cidadão que vive num bairro que não lhe agrada pensa em mudar de bairro, ou de cidade, mas não pensa muito na sua possibilidade e direito de intervir sobre o seu espaço de vida, de participar na criação de uma qualidade de vida melhor para si e para a sua família." Este quadro está mudando e, como veremos a seguir, as mulheres são agentes importantes desta transformação.

Mulheres nas cidades

A rápida urbanização do Brasil ocorreu sem planejamento adequado, criando proble-

1 http://esa.un.org/unpd/wup/

mas que afetam mais diretamente os mais pobres e, entre estes, as mulheres, já que sobre elas recai a maior parte da responsabilidade pelo cuidado de suas famílias e comunidades.

Segundo o IBGE, de 1995 a 2009, as famílias chefiadas por mulheres passaram de 24,8% para 37,8% nas cidades. Entre as famílias de pessoas sem cônjuge e com filhos, 87,4% são encabeçadas por mulheres.

Em que pese estarem sub-representadas nos espaços institucionalizados, as mulheres são maioria nos movimentos populares, associações, ONGs e como lideranças nas comunidades. Nestes espaços o protagonismo feminino cresce e aparece!

A atuação comunitária, ou por uma causa, desenvolve a capacidade de se organizar e acessar as informações, habilidades necessárias para influenciar o desenvolvimento de políticas e o acesso aos recursos orçamentários.

Conselhos Municipais

Um importante campo de atuação é o dos Conselhos Municipais, que são espaços de participação institucionalizada, que permitem influenciar e fazer o controle social das políticas públicas. Devem ter como membros pessoas que representem os diversos interesses presentes na sociedade e, portanto, é fundamental que as mulheres sejam, pelo menos, metade das conselheiras nos diversos conselhos existentes. E, é claro, que mantenham atuante o Conselho dos Direitos da Mulher de seus municípios.

Levantamento realizado pelo Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, em 2015, identificou que no Brasil há 24 conselhos estaduais de defesa das mulheres em funcionamento e 420 conselhos municipais, totalizando 444 conselhos.

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE (MUNIC/IBGE), em 2013, mostrou o crescimento da participação organizada das mulheres nas políticas locais. Enquanto, em 2009, 18,7% dos municípios brasileiros possuíam estrutura para formulação, coordenação e implementação de políticas para as mulheres, em 2013 este número alcançou em 27,5%, quase um terço dos municípios do país.

Poder local

Problemas como a ausência de fornecimento regular de água, de esgotamento sanitário, coleta de lixo e de postos de saúde, creches e escolas perto de casa; a ausência

de espaços de lazer e convivência e de transporte público adequado, entre outros, impactam especialmente a vida das mulheres, criando ainda mais dificuldades para o cumprimento de suas múltiplas obrigações e tarefas profissionais e domésticas.

As políticas públicas, desenvolvidas para sanar estas questões, devem, necessariamente, contemplar as diversas desigualdades que perduram na sociedade brasileira, sobretudo a desigualdade de gênero, pois se os pobres são mais vulneráveis, as mulheres pobres e negras o são ainda mais, sendo o grupo com o menor rendimento no país, segundo o IBGE.

Ao desenvolver as políticas necessárias para melhorar a qualidade de vida nas cidades, o poder público municipal pode optar por promover o desenvolvimento sustentável e a igualdade de gêneros.

Organização para a ação

O texto base da 4a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada entre 15 e 18 de março de 2016, apresentou para discussão estratégias de fortalecimento das políticas para as mulheres e a democratização da participação das mulheres nas diversas esferas institucionais e federativas.

Para tanto, mulheres de todo o país participaram das consultas municipais, elegeram suas representantes e responderam a algumas perguntas, que podem ser muito úteis para futuras prefeitas e vereadoras avaliarem a situação das políticas de gênero, e pensarem em ações voltadas para o empoderamento das mulheres em seus municípios. Vejam a seguir algumas delas:

- No seu município tem o Conselho dos Direitos das Mulheres? Ele tem estrutura, recursos e equipe para funcionar adequadamente? Está ativo e atuante?
- Existem, no seu município, organizações que promovem e defendem os direitos das mulheres? E das mulheres negras? E das mulheres lésbicas? E das mulheres do campo, da floresta e das águas?
- No seu município tem organismo governamental de política para as mulheres? Uma secretaria de políticas para as mulheres? Uma coordenadoria, departamento ou superintendência da mulher?
- Existe orçamento específico definido para o organismo governamental de políticas para as mulheres?
- A qual órgão está vinculado o organismo governamental de políticas para as mulheres?
- Existe um plano municipal de políticas para as mulheres?

AÇÕES

Analisar as políticas e orçamento municipais com um viés de gênero:

- Análise de gênero nas políticas: Avaliar o impacto das políticas sobre as mulheres. Essas políticas reduzem a pobreza e melhoram a vida das mulheres ou, pelo contrário, estão aumentando as desigualdades?
- Análise conceitual de políticas sensíveis a gênero: Como as políticas, e os recursos que as apóiam, podem reduzir ou aumentar as desigualdades de gênero?
- Análise incidental, desagregada por gênero do gasto público: Construir um banco de dados sobre gênero para fundamentar a elaboração, a execução e o monitoramento de políticas públicas.
- Avaliações participativas, com dados desagregados por gênero de beneficiários: Realizar estudos ou diagnósticos que verifiquem como homens e mulheres, de diferentes origens étnico-raciais, avaliam os serviços municipais, se estes serviços estão adequados às suas necessidades e como os padrões de gastos públicos ajustam-se às suas prioridades. Esta consulta popular pode ser uma base, tanto para a avaliação dos serviços prestados, quanto para a implementação de novos serviços ou a ampliação dos já existentes. Também pode fundamentar a construção de prioridades da população para os gastos públicos.
- Criar taxas percentuais para mulheres entre os beneficiários de projetos e políticas públicas e entre funcionários públicos.
- Promover a participação de mulheres nos diversos conselhos municipais.
- Criar espaços institucionais para o desenvolvimento de políticas de gênero.
- Criar um Plano de Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens.
- Elaborar e divulgar material educativo com a história de mulheres que contribuíram com a história da cidade/estado.

EXPERIÊNCIAS

SÃO PAULO

A cidade de São Paulo tem um Conselho Participativo Municipal, espaço consultivo nas 32 subprefeituras da cidade, formado por representantes da sociedade civil, eleitos por todos os cidadãos paulistanos. Seu regimento prevê que 50% de seus membros devem ser mulheres. Nas primeiras eleições, em 2015, após a promulgação da lei, 2013, as mulheres ficaram com a maioria dos assentos, 55%.

SEGURANÇA NO TRANSPORTE

Diversas cidades brasileiras, entre elas o Rio de Janeiro, promulgaram lei que permite que, a partir de um determinado horário, os ônibus parem onde as mulheres solicitarem, por razões de segurança.

Também foram destinados vagões exclusivos para mulheres em trens e metrôs, no horário de pico, para evitar situações de assédio.

HABITAÇÃO DIGNA

As mulheres estão muito presentes na luta pela habitação que se dá, em diversas cidades do país, em movimentos organizados em mutirões. Aos poucos perceberam que, apesar de elas serem a maioria no dia a dia da construção, os homens ocupavam os cargos de decisão. A questão da participação feminina foi levantada e hoje faz parte da agenda da União Nacional por Moradia Popular, que atua em 24 estados do Brasil.

Um exemplo é o caso do mutirão Jardim Celeste, na zona lesta da cidade de São Paulo. A organização, que ocorreu durante os 10 anos de luta pela moradia, resultou em espaços e serviços como creches, escola de esportes, aulas de artes marciais, de dança, grupo de jovens e outros. Conforme pesquisa realizada, 60% das mulheres que participaram do mutirão voltaram a estudar e, assim, aumentaram sua renda. Foi formado um grupo de mulheres que aprenderam a se organizar e, a partir desta experiência, passaram a fazer parte dos conselhos de habitação e da cidade e a participar de conferências (mulheres, saúde, negritude, habitação, criança e adolescência) incidindo diretamente na elaboração e implementação de políticas públicas para as mulheres de baixa renda.

Ao participarem ativamente dos movimentos populares e receberem capacitação em gênero, as mulheres passaram a ocupar cargos de direção nos movimentos e a incluir suas pautas nas agendas de negociação com os governos, como por exemplo, a deliberação de que as unidades construídas pelo poder público devem ser registradas no nome da mulher.

JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro criou, em 2013, um Programa de Equidade de Gênero para fortalecer, qualificar e tornar visível a presença feminina na instituição que, pela primeira vez, é presidida por uma mulher. Com o compromisso de combater as discriminações, foi criada uma Comissão de Gênero, com participantes de todas as

áreas, que começou por ouvir mulheres do Jardim Botânico, em seis rodas de conversa. Constatado o interesse, foi realizada a primeira Semana da Mulher e criado um cronograma de trabalho. No final de 2014 foi realizado o primeiro ciclo de pequenas oficinas, que contou com a participação de 20 mulheres e levou à organização de um curso de dois meses, com seis oficinas e a participação de 40 mulheres de todas as áreas.

Saíram como prioridades e estão sendo implementadas as seguintes ações:

- Promover o resgate da memória institucional das mulheres cientistas do JBRJ.
- Promover as mulheres nas estruturas de governança e de apoio à gestão por meio de suas participações em Conselhos e no Comitê de Gênero.
- Criar cotas para ampliar a contratação de terceirizadas na prestação de serviços com critério discricionários em editais públicos.

LONDRINA

Londrina foi uma das primeiras cidades do país a contar com um organismo de políticas para as mulheres. A experiência teve inicio em 1993 com a implantação da Coordenadoria Especial da Mulher que logo conquistou reconhecimento.

Após diversas reformulações, hoje, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres é o órgão responsável por fixar diretrizes, coordenar, executar e fazer cumprir as políticas públicas direcionadas às mulheres, no âmbito do município de Londrina.

As ações são desenvolvidas em três eixos de atuação: prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher; capacitação para o trabalho e inclusão produtiva; formação para a cidadania.

A Secretaria mantém serviços e programas de atendimento às mulheres e se articula com outros órgãos municipais para incorporar a perspectiva de gênero nas demais políticas públicas. Para tanto, promove: capacitação de gestores públicos em temas relacionados a gênero e políticas públicas, redes intersetoriais para a integração de serviços e programas que atendam as mulheres, projetos transversais, em parceria com as demais secretarias e órgãos municipais.

Fontes Consultadas

DOWBOR, Ladislau. O que é poder local? (Edição revista e atualizada em 2008).

Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil/ Organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [et al.].- Brasília: Ipea, 2013.

Gênero e raça no orçamento municipal: um guia para fazer a diferença/Delaine Martins Costa, Andréa Barbosa Osório, Afrânio de Oliveira Silva. - Rio de Janeiro: IBAM/DES, 2006.
Texto Base 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres - Secretaria de Políticas para as Mulheres. Presidência da República - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. 2015.

http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao--mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao--que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050 - Acesso em 7 de março de 2016.

www.changemakers.com - Acesso em 9 de março de 2016.

PVMulher